



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS –**

FACE DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PEDRO HENRIQUE GNONE MOREIRA

**Mensuração das Social Orders por estados brasileiros:
uma análise institucional**

Brasília, Distrito Federal
2024

PEDRO HENRIQUE GNONE MOREIRA

Mensuração de Social Orders por estados brasileiros: uma análise institucional

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Professor Orientador: Dr. Roberto de Góes Ellery Júnior

PEDRO HENRIQUE GNONE MOREIRA

**Mensuração de Social Orders por estados brasileiros: uma
análise institucional**

Prof. Dr. Roberto de Góes Ellery Júnior
Departamento de Economia –UnB
Orientador

Prof. Victor Gomes e Silva

Departamento de Economia –UnB
Examinador

Brasília, 14 de Outubro de 2024.

Agradecimentos

Concluir o curso de Ciências Econômicas na Universidade de Brasília é um marco de imensa alegria em minha vida, e essa conquista não seria possível sem o apoio de pessoas especiais. Primeiramente, agradeço a Deus, cuja força e bênçãos me sustentaram em todos os momentos e agradeço profundamente à minha família, que esteve ao meu lado em cada momento, oferecendo amor, suporte e motivação incansáveis.

Agradeço aos amigos que tive a oportunidade de conhecer durante o curso, que tornaram essa jornada mais leve e divertida, compartilhando desafios e vitórias, sou eternamente grato. Ao meu professor orientador, agradeço pela sabedoria, paciência e orientação que foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico. Por fim, agradeço toda a vivência que pude experimentar dentro da UnB, desde a Empresa Júnior, palestras e conversas do dia-a-dia que tenho certeza que serviram como um grande aprendizado.

RESUMO

Este trabalho trata de fazer a mensuração e a validação de *social order*, teoria desenvolvida por North, Wallis e Weingast (2009). A partir dos conceitos presentes na obra *Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history*, foi realizado a mensuração *access order* ao longo do tempo, no período de 2003 até 2021, por estados brasileiros e a partir dessa mensuração, houve a realização de uma análise institucional revisitando o papel e a importância que as instituições possuem no desenvolvimento econômico. Além disso, o trabalho apresenta uma comparação das *social order* e o PIB per capita dos estados brasileiros observando as diferenças estaduais e verificando os diferentes fatores que impactam no resultado da *social order*.

Palavras-chave: Instituições, ordens sociais, PIB per capita, desenvolvimento econômico, estados brasileiros.

ABSTRACT

This paper focuses on measuring and validating the concept of *social order*, a theory developed by North, Wallis, and Weingast (2009). Drawing from the ideas presented in *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*, the study measures *access order* over time from 2003 to 2021 across Brazilian states. Through this measurement, an institutional analysis was conducted to revisit the role and importance of institutions in economic development. Furthermore, the paper presents a comparison between *social order* and the GDP per capita of Brazilian states, highlighting state-level differences and examining various factors that influence *social order* outcomes.

Keywords: Institutions, social orders, GDP per capita, economic development, Brazilian states.

SUMÁRIO

1.Introdução e referencial teórico.....	8
1.1 Introdução.....	8
1.2 Referencial Teórico.....	8
1.2.1 Instituições.....	8
1.2.2 Desenvolvimento.....	11
2.Open access orders.....	12
2.1 Obra principal.....	12
2.1.1 Introdução.....	12
2.1.2 Controle da violência, liberdade econômica e o processo político.....	14
2.1.3 Reflexões e questionamento.....	16
2.2 Obras auxiliares.....	17
2.2.1 Measuring open access orders.....	17
2.2.2 A tale of two Italies.....	18
3. Método e a base de dados.....	19
3.1 Variáveis de interesse.....	19
3.2 Método e resultados esperados.....	21
4. Resultados da mensuração.....	22
5. Conclusão e trabalhos futuros.....	27
Referências Bibliográficas.....	29

1.Introdução e referencial teórico

1.1 Introdução

O presente trabalho terá como objetivo geral realizar a mensuração das ordens sociais dos estados brasileiros a partir de um índice que vai avaliar as características institucionais presentes em cada estados e realizar a metrificação dessas características. A fim de fomentar a discussão do papel que as instituições possuem dentro de uma sociedade e a importância que essas instituições e suas características podem influenciar no desempenho econômico desses estados, este trabalho apresentará um arcabouço teórico institucional revisitando algumas dessas literaturas.

A principal literatura abordada será de North, Wallis e Weingast (2009) que trata das ordens sociais e as diferentes características que o Estado pode, alterando assim a classificação ideal de acordo com os autores e os mecanismo de transição presentes para o atingimentos dessa ordem social. Além disso, serão abordadas literaturas que servirão de base para realizar a mensuração das ordens sociais teóricas.

Por fim, serão apresentadas a construção da bases de dados que englobam as características institucionais e os resultados realizados da mensuração acompanhados de uma análise que relaciona o desempenho dos estados economicamente e sua classificação dentro do *framework* criados por North, Wallis e Weingast (2009).

1.2 Referencial Teórico

1.2.1 Instituições

Como apresentado na introdução, o seguinte trabalho tem como objetivo avaliar alguns dos motivos que podem explicar a heterogeneidade nos diferentes níveis de desenvolvimento econômico por estados brasileiro tendo a partir de uma literatura, que tem um enfoque nos níveis e nas qualidades institucionais daquele local.

Existem inúmeras literaturas dentro da ciência econômica que tentam explicar como funciona e como se decorre o desenvolvimento dos países ao redor do mundo, tentando desvendar como conseguiram sair da pobreza e se tornarem países prósperos e desenvolvidos. Logo, diversos estudos, premissas e teorias, proposições surgiram e foram discutidas para tentar chegar a uma conclusão dos fatores que possam explicar esse fenômeno multifacetado (Amitrano, 2021).

Porém, a dificuldade de definir um consenso sobre o conceito de desenvolvimento trás para essa área de estudo, abre uma margem para muitas interpretações dessas correntes de pensamento. As literaturas sobre desenvolvimento permeiam modelos que destacam a importância do acúmulo de capital e do progresso tecnológico (Solow,1964) como fatores determinantes do desenvolvimento econômico no longo prazo. Outra literatura, como a de (Lucas,1988), o pioneiro acerca da constatação da importância sobre o capital humano, que serviu de inspiração para outros estudos sobre modelos endógenos como o de Mankiw, Romer e Weil (1992).

É possível elencar diversas outras percepções e conceitos sobre esse mesmo assunto, porém, a fim de trazer objetividade a esse estudo, o seguinte trabalho tem o intuito de aprofundar em uma das correntes existentes que aborda o papel institucional e como as instituições possuem um papel fundamental no processo de desenvolvimento das economias.

A partir disso, é possível revisitar que o enfoque do estudo no desenvolvimento das economias, vem de pouco mais de 75 anos, mas precisamente relacionado ao termo development studies, que foi conceituado por Bordieu (1989 - 1990).

As literaturas que discorrem sobre o impacto das instituições no processo de crescimento econômico nos países vêm se popularizando desde do final do século XIX, com diversas corrente estudando como o modelo de instituição pode influenciar, direta ou indiretamente no desenvolvimento dos países.

O principal estudo relevante que abordou diretamente esse assunto foi a obra Institutions, Institutional Change and Economic Performance (North, 1990), obra na qual o autor explora a relação das instituições e suas diferentes classificações sobre o processo de crescimento econômico de uma economia. A perspectiva desse livro foi mostrar que ao gerar mudanças nas instituições influenciam na prosperidade de determinado país.

O autor também argumenta, em sua obra, que as instituições possuem um papel fundamental em reduzir a incerteza, criar incentivos econômicos e de impactarem e terem a capacidade de influenciar nos custos de transação e os custos de produção. Assim como, o livro também enfatiza a ocorrência de “*path dependence*” em relação às instituições, ao indicar que as formas de como as instituições se criaram influenciam no presente e no futuro ocasionando em instituições que permanecem ineficientes. Em sua publicação no “*The Journal of Economic Perspectives*” um ano após a obra mencionada, reforça essa ideia:

“Path dependence is more than the incremental process of institutional evolution in which yesterday’s institutional framework provides the opportunity set for today’s organizations and individual entrepreneurs (political or economic).”(North, 1991, p.109)

Outro estudo que contribuiu para fundamentação que as instituições possuem no processo de crescimento econômico de um Estado, mas com uma hipótese central diferente, é advindo do teórico institucionalista Kemer Daron Acemoğlu em sua obra *The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation* (Acemoglu, Johnson & Robinson, 2001). O livro possui como hipótese central que o *gap* entre o desenvolvimento econômico dos países, pode ser explicado pela consolidação das instituições no período colonial, sendo distintas de acordo com as características do local.

O autor utiliza como variável instrumental, a mortalidade dos colonos europeus durante o século XIX para aferir a qualidade das instituições daquele período. A partir do argumento utilizado, os autores demonstram que nos países onde havia uma taxa de mortalidade menor, conseguiram se desenvolver melhor economicamente, mostrando não somente o impacto duradouro que as instituições possuem, mas também que as instituições são fundamentais na determinação da prosperidade de uma economia (Amitrano, 2021).

Em 2009, é publicada a obra “*Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*” pelos autores Douglass C. North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast. Obra esta, que servirá como base

para o presente estudo, portanto será melhor descrita e apresentada posteriormente em um capítulo dedicado.

Um livro que possui uma grande relevância no meio teórico que estuda de instituições é o livro "Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty", publicado no ano de 2012 pelos autores Daron Acemoglu e James A. Robinson. Os autores trazem como contribuição, uma abordagem interdisciplinar ao propor as causas do porquê de algumas nações tornam-se prósperas e ricas e outras não.

A obra, além de mostrar a importância que o contexto histórico e político desempenham no caráter de formação de uma instituição, mas também define os estilo de instituição como econômicas ou extrativistas, sendo as instituições econômicas promovem proteção aos direitos à propriedade e proporcionam um sistema igual de oportunidade e as instituições extrativistas, extraem os recursos de grande parte da sociedade em benefício de uma elite dominante (Peer Vries, 2015). Outro ponto de destaque que os autores corroboram nessa obra é o efeito de retroalimentação, ou seja, instituições econômicas tendem a manter um ciclo de crescimento e estabilidade política, enquanto as instituições extrativistas, geram o inverso, um ciclo de pobreza, regressão e instabilidade.

1.2.2 Desenvolvimento

Há uma vasta literatura científica que utiliza o PIB per capita como uma métrica importante para medir o desenvolvimento econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é frequentemente utilizado como um indicador da riqueza e do bem-estar médio de uma população, apesar de não captar aspectos como desigualdade, qualidade de vida e desenvolvimento humano em sentido mais amplo.

Porém continua sendo utilizado como a métrica principal para aferir o desenvolvimento de uma economia. O intuito desse tópico não é necessariamente revisar obras que abordam e teorizam o papel das instituições, nem mesmo apresentá-las por completo, mas sim, abordar obras que utilizam como variável ou métrica o PIB per capita como indicador de desenvolvimento econômico.

Robert Barros (1991) ao publicar Economic Growth in a Cross Section of Countries contribui bastante para a literatura de estudo de crescimento econômico

ao utilizar uma grande amostra de países e analisar os determinantes para o crescimento de uma economia. Ao analisar o crescimento do PIB Per Capita desses países, o autor observou que países mais pobres tendem a crescer mais e de forma mais rápida do que países ricos, dada às mesmas condições institucionais, dessa forma convergindo a mesma renda no futuro.

Na obra “A Contribution to the Empirics of Economic Growth (Mankiw et al, 1992)”, utilizam como variável dependente, em seu modelo, o PIB per capita, a fim de aferir o bem-estar econômico de uma sociedade. Os autores conseguem encontrar uma forte correlação entre o aumento do nível de investimento em capital físico e capital humano que refletem em maiores taxas de crescimento do PIB per capita nesses países. Essa obra também consegue apresentar empiricamente que o coeficiente de renda inicial é significativo e concorda com a obra anterior em que países com renda menor possuem uma taxa de crescimento maior do PIB per capita e conseqüentemente possuem uma tendência de convergência.

Em uma obra já citada, Acemoglu, Johnson & Robinson (2001) ao abordarem o processo de consolidação das instituições, para aferir o nível de desenvolvimento desse países, os autores utilizam o PIB per capita para mensurar o impacto ao longo do tempo e testar a hipótese central da obra verificando que devido às características das instituições coloniais, os países possuem diferentes resultados no longo prazo.

2. Open access orders

2.1 Obra principal

2.1.1 Introdução

Este capítulo possui objetivo de apresentar a obra central que será utilizada como referência e conceituar esse trabalho, a partir dos conceitos apresentados ao longo dessa obra. *Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history*, publicada em 2009 pelos autores Douglass North, John Joseph Wallis, and Barry Weingast, é um livro que possui como objetivo analisar o panorama histórico dos países e observar a forma como a sociedade se organiza, e formam *social orders* distintas na qual impactam na formação das

instituições ao longo do tempo e também apresentar como os países podem realizar a transição para outra ordem social.

Os autores desta obra tentam entender os motivos de alguns países se desenvolverem economicamente e outros países não conseguirem atingir esse mesmo desempenho. Uma das premissas apresentadas pelos autores se dá através da forma e das características na qual as ordens sociais constituem as suas instituições e o impacto que podem gerar para aquela sociedade em forma de organização social, além de mostrarem a interligação que organização social possui na forma que controle de violência é exercido pelo Estado.

Os autores conceituam e apresentam que na história da humanidade existem 3 tipos de ordens sociais em que as sociedade pode se estruturar e que são diferenciadas a partir de suas características organizacionais. Como o interesse da obra é analisar as transações de ordem social mais recentes e que impactam no desenvolvimento das economias, não é dada muita ênfase na primeira ordem social que é nomeada como “*foraging order*” que de acordo com a definição, são sociedades primitivas, na qual possuem característica de serem caçadores-coletores.

Segundo os autores, a segunda ordem social é classificada como *limited access order* ou *nature state* e possui como característica principal a limitação que esses países impõe na formação e na atuação dessas organizações. A ocorrência dessas restrições de acesso à essas organizações trazem à tona a característica da personalidade nas relações entre os indivíduos dessa sociedade, tornando-as caracterizadas pela prevalência de privilégios pessoais e sociais e a concentração do poder decisório na mão de uma pequena parte da população. O papel que o controle da violência exerce sobre essas ordens sociais impactando na formação delas e suas respectivas características também.

É apresentado pelos autores a terceira ordem social, na qual seria o estágio final de atingimento daquela sociedade após a transição de um estado natural para uma *open access order*. As sociedades que conseguem realizar essa transição, antes passam por um processo grande de mudança em todas as esferas que compõem a sociedade, alterando o modelo e o meio em que eram realizados. Os autores destacam esferas principais que passam por essa mudança, no qual a esfera política, a população possui passa a ter mais direito de participação no sistema e com os direitos políticos assegurados em um novo sistema político. Outra

transformação destacada pelos autores nesta obra é a mudança estrutural da economia, tendo um foco na alteração estrutural da liberdade da sociedade, perpassando pela liberalização dos mercados e de pessoas, mas também observando a criação e como as instituições com os seus direitos de propriedade assegurados não utilizam e ainda proibem o uso da violência como utensílio de coerção.

Ao longo da obra, os autores tentam mostrar, com o devido teor científico e histórico, evidências dessa transição nos países ao longo dos últimos séculos em diferentes sociedades e suas peculiaridades. Essas evidências propostas por North, Wallis e Weingast (2009), partem da criação de um framework de diferentes bases que tentam englobar as diferentes percepções das interações das instituições e como isso pode impactar diretamente no resultado daquela sociedade. Como apresentado anteriormente, esta obra também utiliza como balizamento de desenvolvimento econômico, o crescimento do PIB Per Capita daquele país para avaliar se ao longo da história a transição de uma LAO para OAO se deu concomitante ao crescimento econômico.

2.1.2 Controle da violência, liberdade econômica e o processo político

North, Wallis e Weingast (2009) dão ênfase na conjuntura em que os processos de controle da violência, por parte das instituições, possuem influências nas construções e nos arranjos sociais. Os autores destacam na obra, os aspectos que distinguem as características do processo de controle de violência das ordens sociais. Como características apresentada pelos autores, às LAO 's tendem a ter um controle de violência disperso proporcionando a formação de coalizões dominantes que através dessa dominação conseguem restringir acessos de recursos e dificultam a formação de arranjos políticos acessíveis a toda aquela população.

O inverso ocorre nas OAO's, onde o controle de violência gerado pelo desenvolvimento das instituições se torna mais eficaz. Ao limitar o acesso à violência, as OAO's promovem meios e acessos à participação na política e na economia daquela sociedade.

Os autores abordam também e enfatizam como a liberdade econômica, ou seja, a capacidade de realizar atividade econômicas sem que haja restrições

significativas, possui uma importante contribuição nas formações dessas instituições. É argumentado que a liberdade econômica interfere de forma positiva em mercados e negócios, mas que é apenas atingida e sustentada pelo sistema político que proporciona e incentiva o acesso a essas oportunidades. A realização dessas atividades com apoio do sistema político, cria um ambiente de desenvolvimento econômico sem a monopolização das atividades econômicas por uma elite dominante.

Entretanto, para os autores, não somente o incentivo para a liberdade econômica é capaz de proporcionar a transição de uma LOA para uma OAO, é necessário uma análise mais profunda que possa somar com outras políticas que visem um dos três aspectos.

Por fim, é ressaltado pelos autores que o processo político, em outros termos, é a forma em que o Estado atua na sociedade, possui impacto direto no processo de transição de ordem social, dificultando ou facilitando o andamento deste processo. Quando os autores abordam este assunto, e apresentam o Estado que conseguiu atingir a OAO, mostram que nesse momento há o cumprimento de forma eficaz das leis, das regulações e ao mesmo tempo manutenção da ordem e fornecimento de serviços de qualidade. Logo, a provisão de bens públicos essenciais e impessoalidade no tratamento diante dos assuntos da sociedade consegue moldar e apresentar um ambiente propício para que o Estado possua uma maior capacidade de se desenvolver economicamente e socialmente.

É possível perceber na obra, que em todos os 3 aspectos, anteriormente apresentados, são fortemente interligados e possuem uma relação mais forte com o aspecto de violência e governança de uma determinada sociedade ou Estado. A relação entre esses aspectos são o que moldam e influenciam na forma em que se é classificada a ordem social e que conseqüentemente impactam no processo de desenvolvimento econômico. Os autores se propõem em mostrar a importância de compreender as relações com mais detalhes ao mesmo tempo mostrar o papel que as estruturas institucionais possuem no controle da violência e a sustentação que dão na realização das atividades econômicas e políticas, proporcionando estabilidade e redução de conflitos.

2.1.3 Reflexões e questionamento

Ao longo da obra, os autores enfatizam o conceito de dependência de trajetória, ou do termo em inglês, *path dependence*, no qual a sociedade é impactada no processo de transição de ordens sociais devido às escolhas anteriores realizadas e pelo desenvolvimento institucional. Mais especificamente, o contexto histórico afeta as organizações e as estruturas de governança atuais, dificultando e criando restrições para o processo de mudança e de desenvolvimento institucional.

Por causa desse processo histórico, de acordo com os autores, há uma fixação dos arranjos institucionais, ou seja, mesmo que haja propostas de melhorias e que seja benéfica em todos os sentidos, ocorre resistência devido ao que já antes estava estabelecido, tanto politicamente, quanto economicamente. Para os autores, esse enraizamento apenas valida a ideia de do bloqueio institucional e a resistência à mudança, além do fato que em sociedades que sofrem desse contexto histórico criam incentivos para favorecer o *status quo*, minimizando qualquer tipo de tentativa de reforma.

Apesar dos autores abordarem essas limitações e tentarem propor soluções para os modelos institucionais para países em desenvolvimento, explicitam essas soluções de forma muito superficial e não geram valor após mostrarem todas limitações advindas do processo histórico. O principal questionamento se dá no processo de mudança, pois, como seria possível, de forma deliberada por parte da sociedade, estabelecer reformas institucionais com tantas limitações impostas para a transição?

A obra consegue fazer um revisionismo histórico com qualidade, mas não consegue apresentar os meios ideias de iniciar o processo de transição, que além de custoso, parte de um suposto extremamente subjetivo e que não é possível realizar a mensuração. Contudo, desde o momento em que a obra foi publicada em 2009, outros estudos ao longo dos anos foram tentando obter a resposta desse questionamento e identificar em quais dos aspectos da obra principal, aquela sociedade ou até aquele Estado, necessita de um processo de mudança para que atinja uma OAO e passe pelo processo de transição.

Alguns desses estudos que buscam mensurar e quantificar as classificações

propostas por North, Wallis e Weingast (2009) serão apresentados como propostas e servirão de inspiração para realizar a mensuração das *social orders* nos estados brasileiros. Um dos estudos busca mensurar as *social orders* que se encontram a fim de analisar quais países conseguiram a transição ao longo da história e quais ainda não conseguiram atingir de acordo com a metodologia utilizada no artigo. O outro estuda as divisões regionais na Itália e como as evoluções das instituições dividiram o país em duas regiões distintas economicamente, baseando na teoria de *open access*.

2.2 Obras auxiliares

2.2.1 Measuring open access orders

Como introduzido no capítulo anterior, "*Measuring Open Access Orders*" é uma obra publicada por Ryan H. Murphy em 2023 que busca quantificar e mensurar o ideal de *open access orders* de North, Wallis e Weingast (2009) a partir de uma amostra de 161 países no qual 35 países conseguiram atingir e se classificam como *open access orders* no ano de 2020.

O autor contextualiza a obra principal e consegue relacionar e definir as 3 características institucionais presentes no argumento de North et al. (2009) para classificar certos países que conseguiram atingir os três critérios ao longo do tempo e tornaram-se *open access orders*. O autor define que as três características institucionais principais para que possa atingir o último nível de ordem social são países que possuem, em sua maioria, instituições que possuem liberdade econômica, democracia liberal e capacidade estatal.

A partir dessas três características principais, o autor consegue construir critérios de avaliação que serviram para classificar os países de ordem de acesso aberto ou não, e que de acordo com a adesão a essas características, é possível saber se aquele país passou pelo processo de transição ou se já atingiu a ordem de acesso aberto.

Para que o resultado da adesão às características seja mais factível e que possa relacionar com o ideal de North et al. (2009), o autor quantifica o estudo montando uma base de dado para fornecer uma alternativa quantitativa para o arcabouço teórico das ordens sociais e cumprindo com o objetivo principal de

mensurar os países que atingiram a ordem de acesso aberto. Na obra, como metodologia, o autor utiliza da média harmônica para calcular as medidas nas três dimensões: liberdade econômica, democracia liberal e a capacidade estatal.

Essa metodologia utilizada por Murphy (2023), servirá de inspiração de cálculo para mensurar o atingimento das ordens sociais para o estados brasileiro, tanto pela métrica de média harmônica, quanto pela construção da relação entre o arcabouço teórico e os dados construídos ao longo desta monografia. O aprofundamento dessa relação será melhor explicitada no próximo capítulo onde será apresentada como a base de dados foi construída e como foi realizado o cálculo mencionado.

2.2.2 A tale of two Italies

Di Martino, Felice e Vasta (2019) produzem uma obra que possui como objetivo analisar e entender o contexto histórico da Itália ao longo do tempo a partir do *framework* conceitual escrito por North et al. (2009) e explorando as disparidade econômica e social regionais entre o sul e o norte do país. Além de revisitar a obra principal e apresentar os conceitos de LAO e OAO, os autores neste artigo, conseguem identificar, a partir processos culturais e institucionais, as diferenças em níveis de controle de violência, impessoalidade e processos políticos entre as duas regiões da Itália. De acordo com os autores, houve um acentuamento dessa disparidade após a segunda guerra mundial, e de acordo com o critério estabelecido, constataram a existência de duas ordens sociais coexistindo ao mesmo tempo no mesmo país.

Diferentemente da obra anteriormente apresentada, na qual havia como objetivo a mensuração de um indicador que pudesse representar quantitativamente uma ordem social, nesta obra os autores utilizam de indicadores sociais da Itália, como homicídio per capita, participação eleitoral e a impessoalidade nas trocas econômicas para realizar a análise de forma comparativa e ilustrar as diferenças das regiões em relação às ordens sociais, analisando ao longo dos anos, a influência e o papel que as instituições possuem no contexto social político e econômico dentro do país.

Esta obra consegue trazer uma reflexão interessante, pois consegue verificar que o país com contexto histórico similar consegue apresentar regiões com

desenvolvimento econômicos distintos. Os autores também enfatizam os efeitos que uma má governança, corrupção ou até mesmo instabilidade política causam nos países e conseqüentemente, enfrentam maiores desafios para fortalecer e legitimar o Estado. As ferramentas de análise dos autores nesta obra e todo arcabouço analítico servirão de grande inspiração para a realização desta monografia e que será melhor explicitado no próximo capítulo.

3. Método e a base de dados

3.1 Variáveis de interesse

Esta seção tem como objetivo em abordar as variáveis e os índices que servirão como insumos para atingir o objetivo geral desta monografia, como mencionado anteriormente, o objetivo é mensurar a ordem social dos estados brasileiros, e a partir disso, poder identificar as lacunas institucionais que alguns estados possuem comparando com o PIB per capita de cada estado ao longo dos anos. A construção desses índices foi baseada nas características principais da obra principal North et al. (2009) e relacioná-las com os dados que mais assemelham essas características.

Os dados coletados para formulação dos índices desta monografia, tomam como inspiração a construção de dados da obra de Murphy (2023), na qual reúne dados característicos que englobam os principais atributos que uma sociedade precisa para que passe pelo processo de transição e atinja a ordem social aberta.

A liberdade econômica mencionada em diversos momentos na obra de North et al. (2009) será a primeira característica que será abordada. Ao contrário dos outros dois índices que serão apresentados, esse índice não foi construído, mas sim extraído do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE), que consiste em avaliar a liberdade e o ambiente de negócios dos estados brasileiros a partir da metodologia de dois estudos: *Fraser's Methodology and Economic Freedom of North America*. Abaixo, as três dimensões que esse índice aborda para captar a liberdade econômica dos estados:

Dimensão 1: Gastos dos governos subnacionais (tamanho dos governos)
1 - Consumo primário
2 - Transferências e subsídios efetuados pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição
3 - Despesas previdenciárias e com pensões pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição.
Dimensão 2 mensura o peso tributário das três esferas de governo (federal, estadual e municipal)
1 - Impostos sobre a renda
2 - Impostos sobre propriedade e transferências de patrimônio
3 - Tributos indiretos sobre produção e consumo de mercadorias e serviços
Dimensão 3: Regulamentação e liberdade nos mercados estaduais de trabalho
1 - Existências de leis estaduais sobre salário mínimo (piso salarial estadual diferente do nacional)
2 - Emprego do setor público das três esferas na jurisdição como proporção do total do emprego estadual
3 - Densidade sindical

Dimensões de cálculo do IMLEE. Fonte: Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual.

Elaboração: Própria

A escolha desse índice, para a realização da mensuração das ordens sociais dos estados brasileiros, deve-se às dimensões abordadas pelo cálculo do IMLEE que atendem as características principais da obra de North et al.(2009). Como apresentado anteriormente, a realização da atividade econômica com mínimas restrições é uma característica importante que as instituições possuem para promover desenvolvimento. Enquanto a dimensão 3 dos IMLEE adere a característica de poucas restrições na atividade econômica, as duas primeiras dimensões relacionam-se com a facilidade com que os agentes conseguem entrar no mercado e quanto o sistema político, no caso o Estado, ajuda nesse processo de entrada.

O outro dado coletado para a realização da mensuração do índice, que relaciona-se com a característica principal da framework de North et al. (2009) é o de controle de violência. Para esse estudo foi escolhido o número de taxa de homicídio por estado brasileiro, retirado do estudo “Atlas de violência” realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no qual considera utilizados número de homicídios em relação a população de cada estado brasileiro de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados serviram para refletir a capacidade do estado de controlar a violência e a capacidade institucional em poder proporcionar um ambiente sem coalizões.

Por fim, o última dado que foi escolhido para refletir as características institucionais, a fim de atender a liberdade do processo político foi a taxa de mulheres eleitas em relação ao total de candidatos eleitos nas eleições estaduais, municipais e nacionais, ou seja, poder aferir ao longo do tempo se a participação da

mulheres dentro do processo decisório se faz presente. Esse dados consegue relaciona tanto com as características de North et al. (2009) no qual aborda o meio político como impessoal e o cumprimento de políticas diversas, mas também aborda a interpretação de Murphy (2023), na qual a liberdade democrática parte do princípio do aumento da participação do processo político por parte de agentes diferentes do agentes que formam coalizões elitistas.

3.2 Método e resultados esperados

O método utilizado para realização da mensuração da ordem social dos estados será inspirado na forma com que Murphy (2023) realiza a mensuração das ordens sociais dos países em sua obra. Ao formar bases de dados, é utilizada a média harmônica para ponderar as 3 características institucionais. Segue abaixo a fórmula que a representa:

$$\left(\frac{\sum_{i=1}^n x_i^{-1}}{n} \right)^{-1}$$

Fonte: Measuring Open Access Orders.

A fórmula consiste no somatório dos valores analisados, no qual, x_i são os valores positivos e a média harmônica consiste em dividir pelo inverso dos elementos presentes na amostra. A escolha desse método é em função da redução ou mitigação do impacto que grandes valores têm sobre valores que estão dentro do esperado da amostra.

O resultado esperado para a mensuração da ordem social é observar algum tipo de evolução dos aspectos institucionais ao longo dos anos a partir da classificação da ordem social para cada estado brasileiro. Além disso, identificar com os valores encontrados, quais são os principais gaps característicos que as instituições ainda possuem para que possa atingir a transição de ordem social ou até mesmo a manutenção da ordem social.

Como a análise é feita no intervalo de 2003 até 2021, espera ser possível identificar evoluções ao longo dos anos, porém há a possibilidade de estados que

possuíam uma classificação melhor e características mais aderentes a OAO, regredindo institucionalmente e possuindo mais dificuldades em alguma das característica institucional. O próximo capítulo será dedicado a apresentar os resultados encontrados e os pontos possíveis de identificar as principais diferenças entre os estados e o motivo de uma possível disparidade institucional e econômica mesmo estando em um mesmo contexto institucional.

4. Resultados da mensuração

Este capítulo apresentará os resultados encontrados em diferentes períodos da base de dados, tendo um foco em 3 períodos distintos, 2003, 2012 e 2021, para que seja possível observar as mudanças ao longo dos anos para cada estado. Com isso será dividido em algumas análises regionais. Mas antes, serão apresentados a trajetória dos valores encontrados pelas regiões do Brasil ao longo dos anos. Segue abaixo os valores encontrados.

UF	ANO																		
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AC	68,645	77,297	76,908	65,092	68,598	75,249	77,455	65,687	60,991	55,824	57,473	68,402	61,244	59,352	56,099	60,569	60,876	51,081	60,327
AL	49,172	71,279	69,932	46,689	46,454	58,923	57,674	50,790	46,012	48,007	50,936	46,412	49,126	58,048	62,909	61,588	61,735	48,115	57,259
AM	58,804	69,268	69,859	58,981	60,248	63,831	66,991	60,705	55,224	50,476	59,588	57,947	53,872	62,667	71,010	57,080	53,621	55,981	54,574
AP	65,284	76,294	77,738	64,804	67,278	70,907	71,950	69,660	68,472	71,282	77,075	77,471	70,128	63,794	68,453	64,471	64,412	54,514	53,200
BA	65,993	71,523	70,333	63,419	66,048	71,576	70,258	66,030	63,888	61,252	67,628	66,145	63,641	63,783	68,139	65,555	65,811	56,601	52,792
CE	64,840	75,062	74,942	63,478	66,345	73,752	72,733	63,841	63,687	62,693	63,306	55,184	55,238	63,523	58,629	46,339	51,063	61,528	59,929
ES	53,717	59,974	58,002	49,551	48,371	53,996	55,343	56,103	54,446	61,123	67,602	61,828	61,377	68,835	71,531	67,449	65,854	62,531	67,615
GO	69,455	73,532	75,002	62,560	66,927	73,027	71,413	70,014	68,071	65,285	67,517	63,140	60,899	62,800	70,770	58,190	56,032	60,023	64,440
MA	77,019	77,979	74,459	69,221	69,836	77,254	76,523	72,250	69,836	64,989	69,999	65,966	64,352	67,734	76,178	61,719	62,431	58,421	60,657
MG	64,507	74,425	74,215	64,097	66,090	74,070	76,213	70,522	65,828	71,233	75,335	70,129	70,788	71,870	80,918	69,480	69,560	64,934	63,663
MS	49,870	71,091	74,245	68,371	71,403	71,452	72,271	64,818	65,319	70,026	73,429	77,864	72,699	66,148	70,266	70,380	65,802	58,643	67,783
MT	68,380	74,785	73,139	63,124	64,034	75,881	73,253	65,049	63,264	70,018	73,830	57,616	54,839	62,811	72,057	57,435	53,029	61,272	69,966
PA	72,113	81,803	78,839	75,179	77,031	72,062	70,489	62,799	65,741	64,051	65,689	59,988	57,006	62,608	65,183	56,016	59,317	62,010	60,383
PB	66,138	72,797	71,568	51,051	54,145	73,959	71,198	62,180	61,480	59,858	63,127	61,151	60,247	72,851	78,724	70,781	69,675	58,961	64,611
PE	43,954	64,574	62,969	57,029	56,953	64,070	66,548	67,794	61,705	67,169	70,848	62,091	57,051	65,259	63,175	56,870	57,576	53,961	55,159
PI	72,982	86,138	84,888	56,397	59,812	85,095	83,425	74,245	73,990	75,012	77,300	77,897	71,755	71,889	75,288	66,613	61,872	48,675	54,784
PR	66,739	73,570	72,111	54,093	55,576	75,093	73,065	74,026	70,122	65,847	71,561	71,541	69,726	67,257	74,022	55,673	54,899	65,376	65,788
RJ	59,397	61,364	63,891	58,003	58,668	66,420	69,079	65,551	61,929	61,498	67,736	69,621	71,358	65,298	66,780	74,664	80,294	66,205	66,276
RN	74,121	77,313	75,603	71,372	76,985	73,956	70,571	70,903	67,682	68,522	66,734	61,813	60,426	62,288	58,817	66,533	70,788	58,184	62,165
RO	59,432	68,836	68,316	55,563	61,899	66,910	66,986	62,077	59,523	63,580	71,707	58,131	58,682	60,704	68,188	74,852	68,183	61,467	59,509
RR	66,228	79,956	74,466	65,673	67,252	68,972	66,052	72,757	76,682	72,250	68,843	74,693	65,324	63,569	66,918	48,643	61,388	54,398	53,518
RS	64,402	75,451	74,519	71,067	74,888	74,635	73,518	73,537	68,845	66,287	70,382	68,572	65,685	73,609	77,788	60,342	61,199	62,520	63,626
SC	75,004	78,511	78,459	71,575	73,199	81,871	80,817	75,529	73,159	76,738	81,042	77,765	77,933	74,124	76,749	60,651	59,057	72,091	73,110
SE	50,168	73,880	71,312	62,100	67,075	69,314	68,899	55,925	59,133	63,809	68,568	60,408	53,181	51,785	60,601	51,665	47,488	52,789	57,791
SP	59,045	68,212	71,893	61,916	63,218	68,310	68,608	72,423	66,456	64,102	68,983	63,832	64,393	77,889	84,840	72,338	67,401	72,869	78,115
TO	70,244	72,890	72,448	77,789	80,259	80,146	78,962	73,416	69,986	70,575	73,911	80,457	68,980	58,999	72,142	63,331	56,926	52,511	56,285

Mensuração das ordens sociais. Elaboração: Própria

Acima dos valores encontrados nas mensurações dos estados brasileiros e para conseguir classificar em qual ordem social os estados se encontram, será levado em consideração no intervalo de 0 a 100, onde 80 é o valor de parâmetro para que o estado possa ser considerado OAO. Os estados brasileiros que se encontram no intervalo de 70 a 80, são estados que estão em processo de transição

de ordem social. O valor de atingimento igual ou superior a 80 é baseado nos framework de Murphy (2023), onde o autor classifica os países como OAO caso estejam acima desse valor.

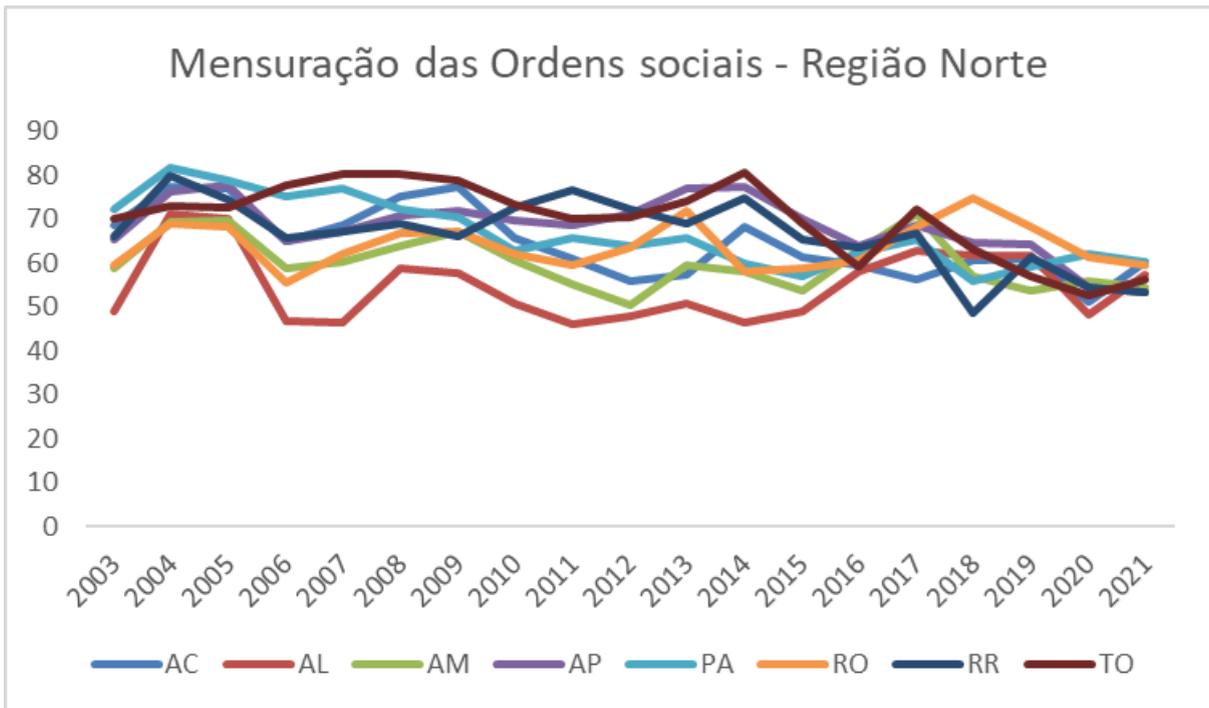
É possível observar que no ano de 2021, nenhum estado brasileiro, a partir dessa mensuração, consegue atingir o critério da mensuração definido em 80, contudo, devido a pandemia de COVID - 19, os valores do índice IMLEE tiveram uma queda, o que impactou na mensuração das ordens sociais. É possível perceber que no ano de 2019, o Estado do Rio de Janeiro foi o único estado brasileiro que conseguiu atingir as características de uma OAO. Se observamos a média dos estados brasileiros ao longo dos anos, é possível identificar que não houve uma melhora para que possa atingir uma ordem social aberta, em alguns casos, a piora de sua classificação. Abaixo o gráfico das médias por anos da ordem social.

	ANO																			
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Média	63,679	73,377	72,694	62,623	64,946	71,567	71,165	66,870	64,672	65,058	68,852	66,002	63,075	65,365	69,853	62,278	61,780	59,064	61,666	

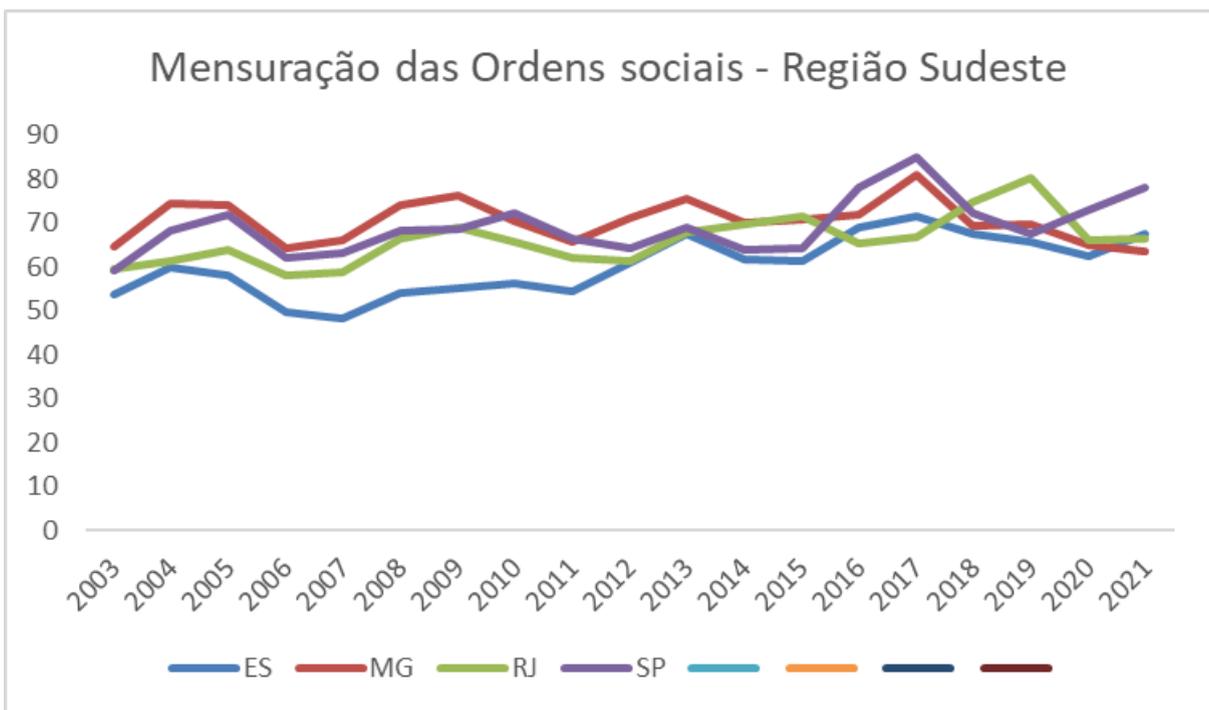
Média da mensuração das ordens sociais. Elaboração: Própria

Apesar disso, como o intuito é analisar individualmente os estados, essa métrica, que engloba as mensurações sem observar as características institucionais individuais, não é tão interessante para a análise principal. Mas em geral, ao longo dos anos, os estados brasileiros não estão no caminho para realizar essa transição.

Fica claro, quando se observa os dados ao longo do tempo regionalizados. Ao analisar a trajetória, muitos estados não possuem uma trajetória de crescimento ou uma tendência que posso esperar um resultado mais próximo de uma ordem social aberta.



Mensuração das ordens sociais. Elaboração: Própria

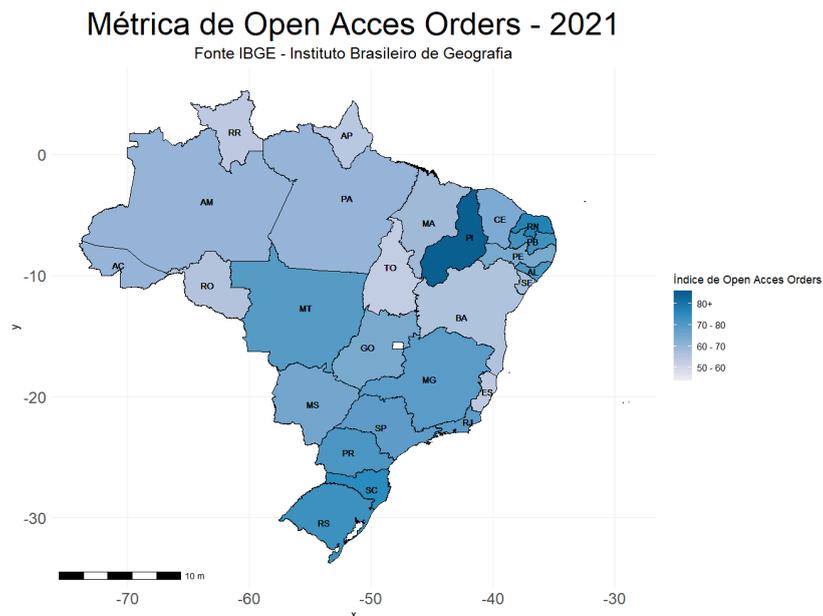


Mensuração das ordens sociais. Elaboração: Própria

Entretanto, a região sudeste, que os estados possuem uma pequena tendência de alta, diferentemente da região norte, observando que no mesmo contexto social, há trajetórias diferentes das características institucionais, concordando com a ideia de Di Martino, Felice e Vasta (2019), no qual há trajetórias

diferentes dentro do mesmo país.

Ao alinhar a mensuração da ordem social e o desempenho econômico, será possível verificar se a melhoria ou a piora das características institucionais, refletem o desempenho econômico desses estados. Abaixo o mapa do Brasil de acordo com a mensuração da ordens sociais estaduais:

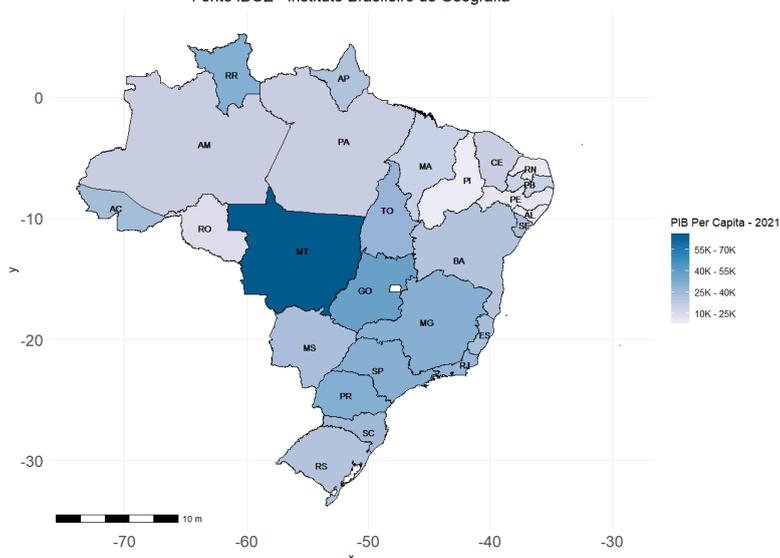


Mensuração das ordens sociais (2021). Elaboração: Própria

Quando se é observado a mensuração das ordens sociais no mapa do Brasil, é possível identificar uma divisão regional, onde os estados mais abaixo do Brasil possuem uma melhor classificação dentro a mensuração. Ao analisar o PIB per capita dos estados brasileiros na mesma métrica, em intervalos similares é possível identificar uma divisão regional ainda mais acentuada.

PIB Per Capita por estado - 2021

Fonte IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia



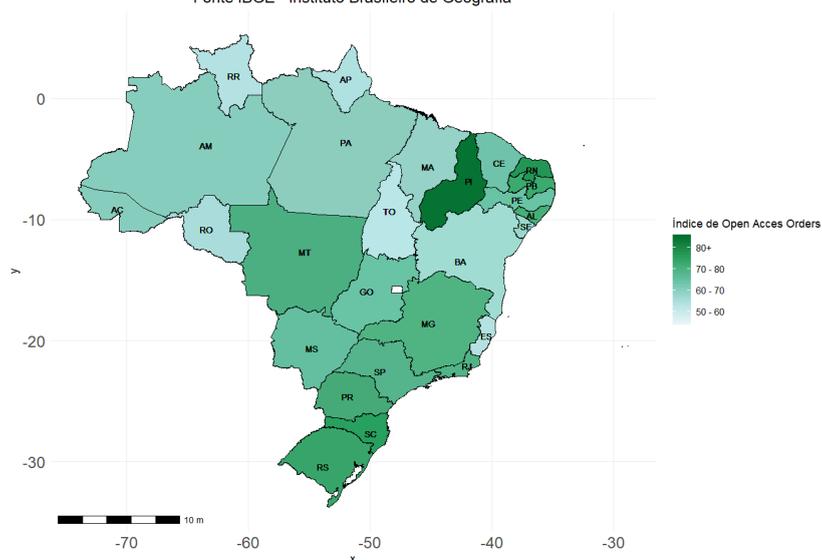
PIB per capita por estados brasileiros (2021). Elaboração: Própria

Com isso, é possível encontrar uma relação de similaridade entre as características institucionais a partir da mensuração das ordens sociais e o desempenho econômico baseado no PIB per capita. Como o intuito desse trabalho não é estudar a relação de causalidade entre as variáveis estudadas, não é possível metrificar o quanto o papel das instituições ou até mesmo a variável escolhida tem impacto direto no crescimento econômico.

Se observarmos as mesmas métricas calculadas anteriormente, porém no ano de 2003, percebe-se que quase não houve alteração nas mensurações, os estados permanecem extremamente parecidos.

Métrica de Open Acces Orders - 2003

Fonte IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia



Mensuração das ordens sociais (2003). Elaboração: Própria

5. Conclusão e trabalhos futuros

Após toda a análise realizada nos pontos mencionados no capítulo anterior, é possível identificar uma disparidade regionalizada dos aspectos institucionais presentes nos estados brasileiros e também da disparidade regionalizada do desempenho econômico.

É importante salientar e perceber que as características institucionais, apesar de terem uma pequena evolução em alguns estados brasileiros, ocorreram de forma extremamente lenta e não convergem para o processo de transição. Apenas 2 estados no ano de 2021 se encontram no intervalo mais próximo de se classificarem como OAO. Metade se encontra em um intervalo, que em grande parte, as suas características mais próximas de uma LAO, onde há ainda um processo grande de mudança institucional para que possa realizar a transição.

Ao longo desses quase 20 anos de análise, poucos estados constaram com a evolução institucional, seja ela focada em liberdade econômica, ou no processo de controle de violência ou no processo de abertura do processo político. É perceptível a concentração em alguns estados do controle institucionais e se quer a melhora do desempenho econômico, mostrando ainda mais a eficácia e o papel das instituições.

O trabalho gera questionamento sobre o papel das instituições como causas do desempenho econômico brasileiro, dessa forma seria interessante avaliar outras variáveis institucionais e testar a hipótese feita por North et al. (2009) e observar a regionalização e as características institucionais dos estados como forma de identificar problemas e soluções para reverter o processo de disparidade regional dentro do Brasil.

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. **The colonial origins of comparative development: an empirical investigation**. American Economic Review, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, Dec. 2001.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON. **Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty**. [s.l.]: eCrown Publishing Group, 2012.

BARRO, Robert J. **Economic growth in a cross section of countries**. The Quarterly Journal of Economics, v. 106, n. 2, p. 407-443, 1991.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. cap. 3.

CENTRO DE LIBERDADE ECONÔMICA MACKENZIE. **Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual**, 2024. Disponível em: <<https://www.mackenzie.br>>. Acesso em: 26 de ago. de 2024.

DI MARTINO, PAOLO et al.(2019): **A tale of two Italies: 'access-orders' and the Italian regional divide**, Scandinavian Economic History Review

FONSECA, N. **Cultura e Desenvolvimento: Reflexões Sobre a Parte III do Institutions, Institutional Change And Economic Performance de Douglass North**. E- Revista de Estudos Interculturais , [S. l.], n. 8, 2021. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/e-rei/article/view/4154>. Acesso em: 7 set. 2024.

MACIEL, Vladimir et al. **Brazilian States' Economic Freedom Index: Applying Fraser's Methodology for 2003–2016** Data. Quarterly Journal of Austrian Economics, v. 22, n. 3, p. 428-452, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Instituições e desenvolvimento no Brasil: diagnósticos e uma agenda de pesquisas para as políticas públicas. Brasília, DF: Ipea, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas da Violência**. Brasília: Ipea; IBGE, 2022.

NORTH, D. C. **Institutions**. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 5, No. 1. p. 97-112., 1991.

NORTH, D. C.; **Institutions and Economic Growth: An Historical Introduction**. World Development, Vol. 17, No. 9, pp. 1319-1322, 1989.

NORTH, D. C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. **Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2009.

NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MANKIW, N. Gregory; ROMER, David; WEIL, David N. **A contribution to the empirics of economic growth**. The Quarterly Journal of Economics, v. 107, n. 2, p. 407-437. The MIT Press:Massachusetts, 1992.

SOLOW, Robert M. **Capital, Labor, and Income Distribution**. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1964.

TSE. **Portal de dados abertos do TSE**, 2024. Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/>>. Acesso em: 02 de set. de 2024.